

**Consórcio Intermunicipal Multifinalitário  
Guandu - Cim Guandu**

**Portaria**

**PORTARIA Nº 047/2024**

**Torna sem efeito a Portaria nº 044/2024 e dá outras providências.**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu (CIM Guandu), no uso de suas atribuições, com poderes que lhe conferem a Cláusula Décima Segunda, § 1º, Inciso VII do Contrato de Consórcio Público.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Torna sem efeito a Portaria nº 44/2024, a partir de 11 de dezembro de 2024.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Afonso Claudio/ES, 11 de dezembro de 2024.

**CHRISTIANO SPADETTO**  
Presidente

**Protocolo 1451734**

**Termos**

**TERMO DE DISPENSA 038/2024**

A Secretária Executiva do CIM Guandu, com fulcro no **art. 75, inciso II, § 2º da Lei nº 14.133/2021**, bem como no parecer jurídico, conclui pela **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para contratação da Empresa **PAIOL PIZZARIA LTDA**, especializada em buffet, para reunião de final de ano de avaliação das metas alcançadas em 2024 e planejamento para atividades a serem desenvolvidas no ano 2025 a realizar - se no dia 18 de dezembro de 2024, para aproximadamente 70 pessoas, no valor de **R\$ 16.310,00 (dezesesseis mil trezentos e dez reais)**.

**ID** **CidadES/Contratação** **Nº**  
**2024.501C2600008.09.0038**

Afonso Cláudio - ES, em 13 de dezembro de 2024.

**Ana Paula Alves Bissoli**  
Secretária Executiva

RATIFICO o ato de Dispensa de Licitação com base no art. 75, inciso II, § 2º da Lei nº 14.133/2021 para contratação da Empresa **PAIOL PIZZARIA LTDA**, especializada em buffet, para reunião de final de ano de avaliação das metas alcançadas em 2024 e planejamento para atividades a serem desenvolvidas no ano 2025 a realizar - se no dia 18 de dezembro de 2024, para aproximadamente 70 pessoas, no valor de **R\$ 16.310,00 (dezesesseis mil trezentos e dez reais)**, constante neste processo para que produza seus efeitos legais, nos termos do Art.72, da Lei 14.133/2021.

**ID** **CidadES/Contratação** **Nº**

**2024.501C2600008.09.0038**

Afonso Cláudio - ES, em 13 de dezembro de 2024.

**Christiano Spadetto**  
Presidente

**Protocolo 1451933**

**Errata**

**ERRATA DA PORTARIA Nº 046-2024 - Suspende gozo de Férias e dá outras providências.**

Na publicação do dia 12/12/2024, DOM/ES - Edição Nº 2.663, na página 219/220, protocolo nº 1449784 da PORTARIA Nº 046-2024, de 11 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**Onde se lê: Art. 1º - Fica suspenso a partir de 11 de dezembro de 2023**, o período de gozo de férias da Secretária Executiva **ANA PAULA ALVES BISSOLI**, devendo ser fixado posteriormente novo período de gozo das férias referente aos dias restantes do período aquisitivo de 01/04/2023 à 31/03/2024.

**Leia-se: Art. 1º - Fica suspenso a partir de 11 de dezembro de 2024**, o período de gozo de férias da Secretária Executiva **ANA PAULA ALVES BISSOLI**, devendo ser fixado posteriormente novo período de gozo das férias referente aos dias restantes do período aquisitivo de 01/04/2023 à 31/03/2024.

Afonso Cláudio, 13 de dezembro de 2024.

**CHRISTIANO SPADETTO**  
Presidente

**Protocolo 1451479**

**Consórcio Público PROD NORTE**

**Aditivo**

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO Nº 002-2021 - **CONSÓRCIO PÚBLICO PROD NORTE**  
RESUMO DO QUARTO ADITIVO DE CONTRATO Nº 002/2021.

Contratante: **CONSÓRCIO PÚBLICO PROD NORTE**.  
CNPJ 10.820.775/0001-67 Contratada: **PROSOFTSOLUTIONSSOLUÇÃO DETECNOLOGIA - ME**, CNPJ sob o nº 37.717.935/0001-01

Objeto: prestação de serviços de fornecimento e cessão de direito de uso de software, instalação, implantação, treinamento e manutenção do sistema informatizado de Contabilidade Pública e tesouraria para Consórcio Público, sistema de RH e folha de pagamento, Tesouraria, Sistema Informatizado de Almoxarifado, Patrimônio, sistema de portal da transparência, primando pelo atendimento ao disposto nas Leis Federais nºs: 11.107/2005 (Lei de consórcio público); Decreto Federal 6.017/2007; Portaria STN nº 72/2012, Lei Federal 4.320/64 (Lei da Contabilidade Pública) e Lei Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e demais legislações pertinentes, no que compete ao consórcio público.